

Publicado no <http://buscalegis.ufsc.br> em 2000

<http://infojur.ufsc.br/Aires>

ENSAIO SOBRE AS LIMITAÇÕES DA REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DIANTE DA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

Aires José Rover

Professor de informática jurídica na UFSC

Doutor em direito - área: inteligência artificial e direito

A preocupação pelo homem e por seu destino deve constituir o interesse fundamental subjacente a todo o empenho técnico, a preocupação com os grandes e ainda não resolvidos problemas da organização do trabalho e da distribuição de bens, a fim de que criações da mente humana venham a se constituir em benção e não maldição para toda a humanidade. (Albert EINSTEIN)

-I-

Dentre os mais diversos temas que agitam o meio jurídico-político, um dos mais importantes é o do desenvolvimento tecnológico e suas conseqüências sociais, políticas e culturais. Fica sempre a pergunta: é possível que o desenvolvimento da tecnologia e da ciência modernas possam servir a uma nova forma de relação de poder no interior da sociedade, não baseado na dominação técnica mas num projeto político-ético emancipatório? Pois bem, o objetivo aqui é refletir sobre a questão posta, tendo em vista, principalmente, o desenvolvimento dos países mais pobres, mesmo porque, o desenvolvimento tecnológico já não é coisa somente de primeiro mundo, depois da globalização.

A hipótese básica é que o maior ou o menor grau de controle sobre o cidadão (via os instrumentos informáticos) depende do nível de desenvolvimento político da sociedade, ou seja, está condicionado ao grau de comprometimento desta para com os valores democráticos, especialmente o ideal de liberdade. A cidadania só pode estar situada historicamente.

-II-

Hodiernamente, o homem vive num mundo em que a vagareza do ritmo biológico não determina mais a evolução da sociedade humana, mas o mundo da velocidade de transporte e da velocidade de informações. O indivíduo pós-moderno não tem mais

tempo e por todos os lados está determinado por máquinas que, em princípio, podem lhe tirar a consciência do trabalho que realiza, e por conseguinte, sua capacidade de criação no mundo.

Tudo ocorre em alta velocidade. Todos os processos que envolvem a sociedade exigem um grande número de decisões num intervalo de tempo o mais ínfimo possível. A tecnologia e a economia e em consequência, os demais sistemas sociais refletem bem essa revolução. Uma revolução que gera um novo paradigma (CASTELLS, 1999), que se constitui num agrupamento de inovações técnicas, organizacionais e administrativas inter-relacionadas, cujo fator-chave são os insumos baratos de informação derivados do avanço da tecnologia em microeletrônica e telecomunicações, caracterizados pela queda dos custos relativos e pela disponibilidade universal.

Sua matéria-prima é a informação, que diretamente molda, mas não determina, os processos da existência individual e coletiva. Se organiza numa verdadeira forma de rede, bem adequada à crescente complexidade das interações que ocorrem, pois é baseado na flexibilidade, na possibilidade dos processos serem reversíveis, bem como, das organizações e instituições serem modificadas fundamentalmente pela reorganização de seus componentes. Há convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado e que se torna interdependente. Além disso, trata-se de um informacionalismo que expande e rejuvenesce o capitalismo globalizado.

Historicamente, o desenvolvimento do capitalismo passou por um processo de adaptação em que a acumulação econômica era contida pelo avanço das reivindicações sociais e políticas. Surgia daí uma demanda que era respondida pela adaptação do mercado e/ou pela intervenção do Estado. No Brasil esse processo ocorreu e em alguma medida ainda ocorre, de modo inverso. Primeiro há o fortalecimento do Estado autoritário; depois, o desenvolvimento da sociedade civil: o Estado e não a sociedade brasileira foi nesse processo de acumulação o agente principal. Isto torna o processo, adiante defendido, mais demorado e pernicioso para o desenvolvimento da sociedade.

Atualmente há um avanço da cidadania no seu sentido mais amplo, desde a luta pelos direitos civis, políticos e sociais, e por isso mesmo a acumulação econômica vem se reproduzindo em setores cada vez mais amplos e diferenciados. Essa ampliação só está sendo possível graças ao complexo científico-tecnológico fundado a partir de um projeto de racionalidade no qual o indivíduo passa a ser considerado o centro do universo. A informática, nesse sentido, é a evolução natural da razão instrumental. Neste nível do problema uma condição técnica é importante: como não se pode informatizar a desordem, ao homem coube aliar o seu potencial de criação à necessidade de organizar a vida em bases lógicas. Disso não se pode escapar. É preciso sim, instituir um pacto, um compromisso teórico que pressuponha uma reflexão crítica sobre a necessidade de conhecimentos especializados, sobre os limites de seu domínio sobre a natureza e os interesses da vida. A história tem demonstrado quão difícil é o controle desta razão instrumental e que só pode ocorrer quando na mão da sociedade civil.

Foi exatamente esta razão que ampliando a possibilidade de acumulação de riquezas em nome do indivíduo, põe em risco ele próprio. Isto acontece principalmente através da velocidade com que as coisas acontecem, alienando o homem moderno. A desvalorização do mundo humano aumenta na razão direta do aumento de valor do mundo das coisas, isto é, o trabalhador-cidadão ao criar os bens, em ritmo cada vez mais veloz, vê-se diante de uma mercadoria independente dele, de um produto que se lhe opõe como um ser alienado. Mas, da substância, da velocidade, decorre o acidente, as interrupções. É o acidente que nos torna consciente da substância (VIRILIO, 1986). Como não é possível eliminar os acidentes, a razão instrumental procura esquecê-los ou manipulá-los, submetendo a humanidade ao risco de eliminar-se a possibilidade do homem pensar a si mesmo. Tudo vira espetáculo, a maior dentre as mercadorias.

A alienação vista como a outra face da cidadania gera o chamado abuso de poder. Vencer esses dois momentos, a alienação ao nível individual e social e o abuso de poder ao nível político é tarefa importante para moldar a cidadania. A base dessa construção estaria na possibilidade de transgressão da ordem instituída (como ordem que não permite avanço), na manutenção de um espaço de poder simbólico sempre vazio em que o diferente pudesse surgir, na possibilidade de instalação do novo. É preciso uma democracia fundeada no dissenso, na liberdade e na mudança.

A tecno-ciência permite o ritmo acelerado das decisões que fazem brilhar os olhos, mas podem impedir de pensar e destruir qualquer tipo de identidade ou territorialidade, coletiva ou individual. Nesse contexto, a política passa a ser uma instância da técnica, legitimando-se no fato de ser funcional ou de funcionar. Eis o tema clássico da separação entre ética e política, vista esta como arte de agir no mundo.

Assim, a questão que se impõe urgente é aquela que envolve a construção ou manutenção de uma democracia em contraposição ao novo capitalismo global baseado num ambiente complexo e dinâmico gerado pelas novas tecnologias. Seu pressuposto primeiro é, portanto, a existência de um espaço de livre debate das escolhas técnicas, que se dão preferencialmente nas fábricas estratégicas da informática, nas indústrias de comunicação e nos Estados. Significa dizer que a democracia exige a hierarquização das decisões subordinando o interesse técnico e instrumental ao interesse emancipatório, que tem como base a existência das vias de comunicação e a liberdade de expressão em todos os níveis. É preciso uma democracia baseada numa ética-política do consenso e da ordem.

Portanto, parte-se da necessidade de se erigir uma forma de organização da sociedade onde a ordem e a mudança sejam possíveis e favorecidos pelas novas tecnologias. A capacidade humana de criação deve ser a base de tudo e o agir criativo não deve ter fronteiras, nem mesmo os limites dados entre trabalho manual e intelectual. O público não deve ser mais uma massa de consumidores e de espectadores satisfazendo as necessidades que o sistema cria.

A informática, vista como o processo de tratamento racional da informação, bem como de sua transmissão, armazenamento, recuperação e reutilização por meio de máquinas ou sistemas automáticos, é a grande responsável pela alienação do homem e massificação da sociedade. Porém, nada impede que esses mesmos meios técnicos sejam expostos à necessária revolução copernicana de valorização do homem, mesmo que o objeto da técnica seja completo, no sentido de que alcança o alvo desejado por si mesmo, sem interferência do homem. O lucro e a funcionalidade devem estar sujeitos à função eco-política, devem se submeter a princípios e medidas disciplinadoras da comunidade que participa do processo.

Visto que onde o perigo cresce, cresce também aquilo que salva, a questão da comunicação pode ser o lugar de solução para esses problemas cruciais da sociedade moderna de massas. Em primeiro lugar a) deve-se partir para uma simplificação do sistema comunicacional, evitando-se todo e qualquer emperramento burocrático e técnico que apenas impedem uma melhor compreensão dos caminhos percorridos pela informação, e por conseguinte, impedem a melhor comunicação; deve-se em seguida entender que b) esse processo de modificação passa pelo reordenamento da organização do trabalho, tendo como encaminhamento primordial a descentralização das decisões. Hoje, a transformação do modo de vida, a preocupação com o bem estar é menos importante que a modificação das condições de trabalho; também, tem-se que levar em conta que c) o ser humano deve ser o valor ético preponderante, acima dos interesses técnicos; e por último, d) a organização do conhecimento deve ser colocada acima de sua produção, o que deve desencadear uma nova forma de entender e praticar ciência, até então legitimada pelo seu potencial instrumental-produtivo.

Esses objetivos gerais informadores da ação política responsável de uma sociedade preocupada com seu futuro passam por fins mais específicos e particulares, como por exemplo, regular as conexões entre computadores; aumentar a transparência da produção e distribuição das informações; exigir o uso regulado das informações, ou seja, não permitir que a informação prestada para determinado objetivo seja utilizada para outro fim; facilitar a publicação de informações e proteger aquelas de caráter privado. São mediadas de um regime caracteristicamente aberto e que é reflexo de uma sociedade que também se organiza de forma transparente.

Esse conjunto de diretrizes pressupõe uma concepção diferente de progresso. A humanidade deve passar a construir sua história não mais a partir de uma atividade predatória do homem sobre a natureza e por conseguinte sobre o próprio homem. A relação de dominação que rege o mundo do interesse técnico não pode reger as relações no mundo da ação política, mas sim a cooperação, a participação. Estas teriam a função de delimitar os limites de ação sobre a natureza através do aprendizado e da educação. O homem pode ter, deseja ter, mas deve ser educado para. Trata-se do desenvolvimento de um método eco-político de produção, da nova ética do saber, onde os intelectuais, cientistas e cidadãos em geral se sintam responsáveis pela vida.

Declarar essa crença é acreditar na necessidade do surgimento do novo cidadão, um homem cuja atuação e responsabilidade abrange não apenas uma parcela territorial e política da cidadania, mas toda a totalidade da vida no globo. As incertezas são muitas e as dificuldades ainda maiores: a única certeza fatural que se vislumbra nas transformações encaminhadas pela informática até hoje é o aumento da densidade de meios de intervenção da sociedade sobre si mesma (TOURAINÉ, 1988).

O maior bem decorrente do progresso tecnológico não deve estar apenas em resolver problemas materiais da humanidade mas sim em permitir que a sociedade pense por si mesma suas dificuldades, de maneira minimamente autônoma. Recria-se permanentemente a cena pública, e com ela o espaço privado.

Portanto, o progresso técnico não é em si um mal nem um bem, mas um instrumento para o desenvolvimento humano em geral. A sociedade em seu papel de arauto e defensora dos valores humanos deve construir mecanismos que não permitam o abuso do poder técnico daqueles que são exatamente os depositários da sua confiança. A nova cidadania exige um senso de responsabilidade e comprometimento com a humanidade, bem como um compromisso teórico-político que enseje a consciência dos perigos e das vantagens que o progresso proporciona. A razão instrumental que serve a um projeto de dominação, deve ser posta a serviço da emancipação do homem, buscando integrá-lo numa totalidade. Caso contrário, em vez de caminhar-se para uma democracia, a queda ao totalitarismo poderá ser inevitável, agora vigorosamente sustentado e legitimado pela tecnologia.

O nível de consciência política, ética e até ecológica da sociedade determinará o maior ou o menor grau de controle sobre o cidadão. A cidadania e a democracia, formas de organização de uma sociedade, derivam da vontade dos atores, e que a partir do uso privilegiado de sua razão podem reinventar e melhorar as ordens existentes.

BIBLIOGRAFIA

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra. 1999.

TOURAINÉ, Alain. O pós-socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VIRILIO, Paul. Guerra Pura: a militarização do cotidiano. São Paulo: Unicamp, 1986.